



Anais da Assembléia

Nº 166

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valdeir Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Atonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/92

DATA: 19 de novembro de 1992.

SOMULA: Autoriza que o Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, se afaste do País, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1992 e 1º de janeiro de 1993, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do país, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1992 e 1º de janeiro de 1993, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, firmar, em nome do Estado do Paraná, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transportes do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.11.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINARIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1992
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio

Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Dalton Machuca, Carlos Simões e Ernani Pudell (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com fulcro no art. 34, inciso II do Regimento Interno desta Casa de Leis, com 09 membros para apuração de irregularidades na corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná. Entre essas está o desvio de verbas oficiais para contas particulares do oficialato e a construção de colônia de férias na praia de Betaras, litoral do Estado, com material comprado com o dinheiro do FUNREBOM - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA
OVIDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL

Apoio: Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Heinz Herwig, João Preis, Lourenço

Fregonese, Cezar Silvestri, Nilton Barbosa, Costenaro Neto, Ademir Traiano, Colombino Grassano, Nelson Justus, João Iensen, Luiz Henrique Bona Turra, Emilia Belinati, Algaci Túlio, Mário Bezerra, João Arruda, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Erondy Silvério e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da constituição da aludida CPI é para o levantamento de todas as denúncias de corrupção na Polícia Militar do Estado do Paraná, visando a apuração de responsabilidades. Entre as irregularidades que já se tem conhecimento através da imprensa local e estadual está a utilização de recursos do FUNREBOM para reformas particulares de residências do oficialato militar, além de caras mordomias. O que é inadmissível, pois embora o pagamento dos integrantes da Polícia Militar seja feita pelo Estado, o FUNREBOM é responsável pelas instalações e todo material das companhias, tão necessários para a segurança pública.

Logo, o Poder Legislativo deve cumprir o seu papel fiscalizador, não permitindo a repetição, minimizada, de um "Collorgate" estadual.

REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SEBASTIAO LUIZ GONZAGA GHILHERME, Prefeito de Nova América da Colina.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOSE BATISTELA FILHO, pioneiro de Ivaiporã, ocorrido no dia 18 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de congratulações pela posse da diretoria eleita para o triênio 92/95, do SETCEPAR - Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Município de Ivaiporã, pela passagem do aniversário de emancipação política deste Município, que ocorre nesta data.

Requer ainda, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 19.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1824

Senhor Presidente.

Como gestor dos assuntos de interesse popular, compete ao Governo do Estado estabelecer e ser orientado por princípios que assegurem estabilidade social e condições de ensino aos paranaenses. Em alguns casos isso é possível mediante os ditames de políticas econômico-administrativas que atingem a todos, indistintamente. Em outros, isso é possível através do atendimento a setores específicos. Neste caso, particularmente, a vontade do Governador do Estado é final e definitiva. O processo educativo só depende do ânimo de fazer ou deixar de fazer do Governador, como Chefe do Poder Executivo e do seu corpo de auxiliares.

Querendo, darão uma resposta às próprias preocupações com o ensino no Paraná.

Evitar e combater o analfabetismo é tarefa de todos, para todos. E o exemplo, o bom exemplo, tem que começar pelos Governantes sobretudo os delegados de vontade popular.

Assim, considerando as dúvidas que estão sendo levantadas e interessado em obter dados concretos sobre a colocação do assunto, limitado pelas prerrogativas parlamentares que disponho, solicito as seguintes informações aos Excelentíssimos Senhores:

- Dr. Roberto Requião de Mello e Silva
- DD. Governador do Estado do Paraná, Professor Elias Abrahão - DD. Secretário de Estado da Educação, Dr. Heron Arzua - DD. Secretário de Estado da Fazenda e Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide - DD. Diretor-Presidente da Cia. Paranaense de Energia - COPEL.

a. Como estão se desenvolvendo as gestões e em que se encontra o processo de doação do terreno de propriedade da COPEL, localizado à Rua Quintino Bocaiuva, entre a Av. Colombo e a Rua Mario C. Urbinati, para a transferência e construção do prédio da nova Escola Estadual Santa Maria Goretti, em Maringá?

b. Quais as providências que estão sendo tomadas, e qual o montante de recursos financeiros a se destinar para a construção da referida escola?

c. Quais as pessoas devidamente credenciadas e autorizadas pelas Secretarias da Educação, da Fazenda e da COPEL, a quem se possa dirigir para obter informações sobre o andamento do processo?

Bem sabemos que a implantação de nova unidade escolar não é tarefa fácil. Ela requer trabalho, esforço e muita persistência.

É vital nesse momento, dar continuidade ao esforço iniciado em 1989, conforme documentos que anexamos ao presente, para que todas as condições sejam dadas aos estudantes Maringenses, no sentido de que o município ingresse de fato em nova fase de desenvolvimento do ensino.

Atendidas as formalidades regimentais, é o requerimento que encaminho à Mesa deste Poder, na esperança de uma breve resposta do Governante do Estado ao povo de Maringã.

Sala das Sessões, em 19.11.92

(a) JOÃO PREIS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 353/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a doar para o Município de Francisco Beltrão, os terrenos abaixo especificados:

1. Lote Urbano nº 1, quadra nº 218, com área superficial de 943,20 m² (novecentos e quarenta e três metros quadrados e vinte decímetros quadrados) com as benfeitorias nele existentes, localizado a Rua Tenente Camargo/esquina com a Rua Goiás, Bairro Nossa Senhora Aparecida, registrado sob nº 8303, fls. nº 62, Livro nº 3-G, data de 17.05.72, 1º Ofício de Registro de Imóveis; havido pelo Estado do Paraná por doação do Município de Francisco Beltrão, conforme transcrição no Livro nº 36, fls. 166-V, data de 21.02.78;

2. Lote Urbano nº 2, quadra nº 218, com área superficial de 944,00 m² (novecentos e quarenta e quatro metros quadrados), localizado à Rua Tenente Camargo, esquina com Rua Minas Gerais - Bairro N. S. Aparecida, Reg. nº 4344, Liv. 3-D, F. 170, 19.03.68, havido pelo Estado do Paraná por doação de Maria Joana Carneiro Lobo, através de escritura pública lavrada pelo 7º Tabelionato de Curitiba, livro nº 346-N, fls. 95V.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.92

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Construída no início da década de 1962, a Delegacia de Polícia de Francisco Beltrão esteve localizada por cerca de 20 anos no Lote Urbano nº 1, Quadra nº 218, na esquina das ruas Tenente Camargo e Goiás. Com o crescimento da Cidade e o natural aumento do número de ocorrências, o antigo prédio tornou-se inadequado para o volume crescente de trabalho daquele Órgão. O terreno, porém, pertencia ao Município e mesmo depois da construção do prédio da Delegacia essa situação permaneceu, até que pela lei nº 627, de 16 de setembro de 1977, o Município de Francisco Beltrão doou, formalmente, para o Estado do Paraná aquele lote.

Gestionou-se durante o ano de 1981, com mais objetividade, a construção da Subdivisão Policial/CIRETRAN e o Município, autorizado pela Lei nº 888/81, 10.11.81, adquiriu vários lotes, localizados na quadra nº 54-A da planta urbana, todos contíguos, somando a área de 3.244,40 m² que a mesma lei autorizou doar para o Estado do Paraná com a destinação acima descrita estabelecida. As obras iniciaram-se e foram concluídas durante o exercício de 1982, a mudança da Delegacia e Cadeia Pública procedida e, conseqüentemente, o antigo prédio perdeu sua finalidade, passando a ser usado precariamente como residência de servidores da Delegacia.

Se perdeu a finalidade inicial, o terreno e suas benfeitorias podem servir ao Município, dentro do Programa de Trabalho que vem sendo seguido pelo Governo Municipal. Prevê esse programa, edificação de creches para atender à crescente demanda para o que pode se prestar, perfeitamente - com os reparos e adequações previstas - o imóvel descrito.

O lote lindeiro, também de propriedade do Estado do Paraná e, igualmente, sem uso para finalidades administrativas - nº 2 descrito no art. 1º do presente projeto de lei, - também está dentro das especificações do Município para seguir o programa de creches que, no caso particular daquela área, prevê atendimento para 150 crianças.

Justifica-se, pois, o pedido do Município de Francisco Beltrão, rogando ao Governo do Estado do Paraná que, retribuindo as providências anteriores do Município em favor do Estado, proceda à doação solicitada.

Pelas razões expostas, rogamos o apoio dos ilustres membros do Poder Legislativo paranaense e seu voto unânime para a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio)- No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados. No dia 20 de novembro de 1695, portanto, amanhã, faz 297 anos que foi assassinado o líder Zumbi dos Palmares. Foi no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, quilombo este que chegou a abrigar cerca de 30 mil escravos fugitivos. Zumbi tornou-se chefe das Forças Armadas de defesa do Quilombo dos Palmares. Foi preso e condenado à morte. Seu corpo foi esquartejado. Essa data é importantíssima para o movimento negro no Brasil e eu dedico esse discurso a Lúcia Helena dos Santos e Nanci Viana Moreira, duas negras que não têm-se omitido na luta contra a opressão e contra a exploração, principalmente das mulheres negras que, mais que os homens, sofrem o racismo no Brasil. Preconceito e racismo este que fez com que no questionário do Censo de 1.900 e no de 1.920 e 1970 não constasse o quesito "Cor", tudo isto visando "branquear" o Brasil, mas nós temos que saber que a questão de se constar num censo, não é meramente estatístico. O objetivo maior é a desconsideração da cor, visando a perda da identidade do negro, tornando-o invisível social e politicamente no nosso País. Quando em 1980, o quesito "Cor" reaparece no Censo, foi por pressão organizada do movimento negro e os dados de 80, revelaram que 44% da população brasileira é negra. Apesar deste enorme contingente populacional, o negro não consegue ser reconhecido pelo Estado brasileiro. Para termos uma idéia, apenas 0,87% da população negra tem nível universitário. Em 88, em São Paulo, somente 1,8% dos negros ocupavam cargo de empresário ou de administrador.

No nosso cotidiano, cruel, violento e opressor, o negro é a maior vítima. Para termos uma idéia, se um branco e um negro comparecerem à procura de um emprego, e a vaga seja única, o emprego é do branco.

Se pegarmos as estatísticas comparativas entre as mulheres brancas e as negras, as negras têm o maior índice de esterilização, visando a aniquilação desta raça. Entre os meninos de rua os negros são os mais violentados, os mais massacrados e oprimidos. E, para a nossa sociedade, para o nosso Estado, o negro sempre é bandido, sempre é o malandro, sempre é o vagabundo. O negro é a maior vítima da lei branca do nosso País. Porque existem marginais brancos e negros, lógico que podem existir. Mas, a população carcerária do Rio de Janeiro, 68% dela, é da raça negra.

A opressão...

(E-lhe tirado o som).

Para concluir, Sr. Presidente!

A opressão se estabelece culturalmente em nosso País, pois boa parte dos livros didáticos colocam o negro como inferior. Nos classificados de emprego, nos jornais, o pedido de boa aparência significa, geralmente, ser branco. E na atual crise brasileira de recessão na economia, a maior vítima do desemprego é o negro e a negra. Contra esse diagnóstico é necessário que nós brancos, com consciência social, consciência da situação em que vive o negro brasileiro e principalmente a mulher negra brasileira, lutar para que todos sejamos cidadãos perante o Estado e perante a sociedade. É necessário passar do discurso à prática para resgatar a cidadania de todo o povo brasileiro, mas, principalmente, a do negro, que é a maior vítima econômica e social, e é a maior vítima de preconceito e racismo em nosso País. Apesar de proibido por lei, ela não muda as consciências. E, para mudar as consciências, é necessário a intervenção de todos nós negros ou brancos, mas principalmente os brancos que tenham consciência.

Portanto, viva esta semana de consciência negra!

E achê!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As maracutaías continuam. Ou pelo menos as denúncias continuam.

Ontem, o Deputado Doutor Rosinha fez uma denúncia neste Plenário sobre a corrupção na Polícia Militar publicada na Imprensa.

De posse já desde o início da semana de uma outra denúncia de maracutaia, em função da própria denúncia de ontem, nós não nos manifestamos, mas hoje eu quero usar desta tribuna, até porque a "Folha de Londrina", página 5, traz o assunto que ontem deveria ter sido tratado aqui nesta Casa: Ferroeste: maracutaia em desapropriações.

Nós tivemos informações de agricultores e do próprio Promotor de Justiça da Comarca de Laranjeiras do Sul de que uma grande maracutaia estava sendo realizada naquela região em função de desapropriações de áreas de terras do leito de Ferroeste no Município de Laranjeiras do Sul. E, provavelmente, os municípios da região Centro do Paraná onde a Ferroeste vai ser implantada em direção a Cascavel.

Eu tenho de posse aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Paulo Maia e o Deputado Bezerra já conhecem a região de

Laranjeiras do Sul, quando por lá estivemos por algumas vezes na época da Comissão do trabalho do escravo... Naquele Município, novamente, o Promotor Nivaldo Brunoni começa e averiguar um ato do qual podemos dizer ser uma grande maracutaia e uma grande safadeza que os aproveitadores querem fazer usando da boa fé ou da desinformação dos agricultores. Onde vai passar a Ferroeste, o Estado deverá desapropriar os agricultores pagando a indenização da área que vai ser desapropriada.

O que ocorre e o que está ocorrendo: segundo as denúncias, um funcionário da Ferroeste - os depoimentos não publicam o nome, mas o jornal dá o nome, hoje - de que o Dr. Antônio Carlos Cabral de Queiroz, funcionário do Estado, diretamente ligado à empresa Ferroeste, com escritório em Guarapuava, este advogado, provavelmente fez um acordo com outro advogado lá em Laranjeiras do Sul, Dr. Juarez, e através dos dois tentam cobrar uma comissão dos agricultores para poderem fazer a indenização. Para pagar os agricultores, ficando com 10%, 15% ou 20% do valor da indenização, quando a Ferroeste, o Estado do Paraná, através do Governo Estadual deveria ir lá, sem burocracia nenhuma, e pagar a indenização para os agricultores, realizando e prestando todos os serviços que o estado deve fazer, porque é o Estado quem está fazendo a desapropriação.

O Governador deve, através de sua assessoria, e que os Deputados o cobrem, fazer um levantamento e exigir o desbaratamento desta quadrilha com a maior urgência possível, para que os agricultores não continuem sendo lesados, roubados na sua indenização.

O depoimento do agricultor José Oliveira Luz, dado ao promotor, eu peço a atenção dos Senhores Deputado para poder ler aqui o que disse o agricultor, quando foi interrogado, na Delegacia, onde já está instaurado o inquérito.

É proprietário de 180 alqueires de terra, localizadas no Município de Cantagalo; há um mês atrás, aproximadamente, recebeu um telefonema do Sr. denominado João, o qual se identificou como sendo topógrafo da Ferroeste, pedindo para que o declarante comparecesse ao escritório do advogado, Dr. Juarez, a fim de acordarem sobre o valor da indenização. Lá ele compareceu e chegou num acordo de 13 milhões, que seria o valor da indenização. Em nenhum momento houve intervenção para que fosse pago os 10%. Mas, que na ocasião, em que também um engenheiro da FERROESTE lhe disse que o cheque do pagamento demoraria uns 20 dias para chegar. Passados os 20 dias, aqui, a denúncia concreta, a secretária do advogado, Dr. Juarez, chamou-o... Senhor Presidente, eu solicito o

horário da Liderança do PT... chamou o agricultor no seu escritório, entregando-lhe o cheque, que escreveram, e atrás do cheque o advogado escreveu o nome de um funcionário do BANESTADO a quem deveria o agricultor se dirigir. Só aquele é que lhe pagaria o cheque.

Chegando ao banco, o funcionário exigiu que o declarante depositasse. Chegando lá, ele procurou o funcionário indicado, que também estava no esquema, deveria depositar 10% do valor do cheque na conta do advogado, caso contrário, o funcionário do banco não poderia lhe pagar o cheque, porque era cheque de outra agência.

O agricultor não aceitou e o funcionário ligou para o advogado e este lhe disse que se ele não pagasse o advogado iria cobrar na justiça os 10%.

O agricultor, para poder receber o dinheiro, acabou tendo que depositar um milhão e trezentos mil cruzeiros na conta do advogado, que acabou achando estranho tal fato. Resolveu, então, comunicar à Promotoria de Justiça. Haja vista que não contratou nenhum advogado, mas foi o pessoal da FERROESTE que lhe chamou, no escritório do advogado, para que ele pudesse fazer a negociação com o advogado.

E ele sabe de várias pessoas que estão recebendo as respectivas indenizações da FERROESTE, referentes à desapropriação das terras.

Um outro agricultor, que também depôs, diz o seguinte. Ou melhor, antes, o funcionário do Banco, Enácio Grasel, que já foi intimado e deu depoimento, diz o seguinte: que, realmente, o Senhor José Oliveira também compareceu com um destes cheques e estava junto com outras duas pessoas, também portadoras de tais cheques, sendo que as outras duas pessoas disseram que queriam fazer o depósito de 10% na conta do Dr. Juarez - Advogado.

Um outro agricultor, Darci Demétrio Morandini também deu depoimento confirmando, em vista da indenização, diz ele, que lhe seria paga pela FERROESTE, o Advogado Juarez, chamou para saber, com aquela procuração, ele teria direito de receber as indenizações.

Tendo o mesmo dito que tinha direito e que não contratou serviços do mencionado advogado, dirigindo-se então diretamente no escritório de Cascavel, onde deu entrada com a documentação exigida. Recebendo a indenização em nome de José Ferreira de Lima no valor de 41 milhões de cruzeiros.

Atualmente vem recebendo recados de um tal Teodoro, que terá que pagar a comissão no valor de 5% para ele e mais 10% para o Dr. Juarez. Esclarece que não contratou os serviços de ninguém.

O terceiro agricultor que, no mesmo

estilo foi abordado, chegou no escritório do Dr. Juarez onde também estava um funcionário da FERROESTE e ele meteu a boca e não concordou em pagar os 10%. Procurou o Promotor de Justiça, denunciou o fato - tem o depoimento aqui - e até hoje não teve nenhuma indenização e foi-lhe dito que iria demorar muito sua indenização pelo fato de ter procurado o Promotor e denunciado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estes fatos comprovam que realmente alguém de alto escalão da FERROESTE é responsável por essas indenizações e que possivelmente seja o Dr. Antônio Carlos Cabral de Queirós, funcionário do Estado diretamente ligado à FERROESTE que é reconhecido pelo Diretor da FERROESTE como realmente funcionário da empresa, deve ser o elo de ligação da quadrilha que se instalou para ludibriar os pequenos agricultores que terão a indenização, que terão os seus sítios cortados pela FERROESTE e que realmente têm o direito de receber a sua indenização.

É de lamentar que o Estado, que funcionários públicos do Governo do Estado, da FERROESTE ao invés de ir fazer realmente justiça desapropriando, e sem custo, fazer realmente um processo e indenizar os agricultores, se faça conluio com outras pessoas, com advogados, para ludibriar, para roubar o dinheiro dos agricultores, roubar dos agricultores que estão lá sem nenhuma experiência, sem nenhuma condição de se envolver em burocracia, o Estado tem a obrigação e a responsabilidade de ir lá - assessorar e auxiliar para que os agricultores recebam justamente as suas indenizações e não alguém ainda responsável, pelo Estado, tentar fazer conluio com outros advogados para roubar o dinheiro dos agricultores. O que é de se lamentar. E nós exigimos que o Governo do Estado tome as devidas providências e que se pare com esta sacanagem de roubar o dinheiro de um trabalhador que tem o direito de receber a indenização.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte?

Eu gostaria que Vossa Excelência explicasse, ontem eu ouvi de longe uma conversa com relação ao caso que Vossa Excelência traz nesta Casa, que houve uma concordância por parte desses agricultores, previamente, inclusive com autorização por escrito, para que os advogados fizessem a negociação para desapropriação e tivesse seus honorários descontados já no pagamento?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Deputado Nilton Barbosa, Vossa Excelência não prestou atenção quando eu li os depoimentos dos

agricultores. O inquérito já está instaurado na Delegacia de Polícia de Laranjeiras do Sul, onde já constam aqui depoimento de três agricultores e que os mesmos confirmam, alguns sim, a maioria confirma que não tinha nenhum acerto com nenhum advogado. Inclusive o agricultor que levou a primeira denúncia ao Promotor, que não tinha nenhum acerto, com nenhum advogado, com ninguém porque apenas foi informado que era para funcionários da FERROESTE e o mandaram ao escritório do Dr. Juarez para que ele lá recebesse as informações ao invés de o próprio funcionário da FERROESTE orientar os agricultores e o Estado fazer o processo.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu sugiro a Vossa Excelência que transforme o seu pronunciamento em Pedido de Informação a FERROESTE e eu gostaria de assinar junto, porque isso nos interessa.

Eu assinaria junto com Vossa Excelência um Pedido de Informação a FERROESTE.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Nós estamos preparando, realmente, isto.

Eu estaria apresentando com mais preparo, Senhor Presidente, mas como já saiu de público no jornal Folha de Londrina de hoje, com a documentação em mãos e as declarações dos agricultores eu trago a esta tribuna a denúncia, mas estamos fazendo o Pedido de Informações à direção da FERROESTE, porque entendemos que o Estado não pode, através de uma empresa sua, explorar os agricultores! E isso não é o Deputado que está dizendo, o jornal que está dizendo, é o inquérito instaurado e o próprio funcionário do BANESTADO, em Cantagalo, no seu depoimento no inquérito declarou que realmente ele tem depositado o dinheiro dos agricultores na conta do fulano, do tal advogado. Então as provas estão no inquérito e o Promotor nos disse que o inquérito está congelado, está sendo feito o possível para que o inquérito não ande, para segurar o inquérito, porque o advogado e outras pessoas que estão para serem ouvidas, a pedido do Promotor não estão sendo chamadas, não estão sendo ouvidas na delegacia de Laranjeiras do Sul.

Eu estou com o tempo esgotado...

O Sr. Colombino Grassano - Vossa Excelência poderá usar o horário do Partido Liberal.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Muito obrigado, Deputado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Muito obrigado pelo aparte Senhor Deputado, no caso

colocado, da desapropriação, o que nós queríamos saber é que tem dois tipos de desapropriação: tem a amigável e a judicial. No caso em pauta, essas desapropriações feitas, via judicial ou é amigável?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Não, a desapropriação é amigável. Deputado Cartário, pelas declarações aqui é o advogado da FERROESTE que vai aos agricultores, segundo diz aqui, e encaminha-os ao advogado, sem nenhum entendimento de que eles têm que pagar nada, porque é o advogado que tem que fazer a desapropriação, o processo, para que o agricultor não tenha que dar 10%, 20% da sua indenização para outro advogado fazer o processo, por isso ele está lá, para fazer este trabalho! Se não está o Estado deverá fazer, ou então o que acontece é o Estado facilitando para alguém ir explorar os agricultores. A desapropriação está sendo feita amigavelmente, tanto é que os agricultores não vão se opor à construção da FERROESTE, nem poderiam se opor à construção da Ferrovia.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado, para concluir o meu aparte. Em desapropriação não cabe inquérito, na verdade o que cabe é que a parte prejudicada tem que contratar advogado e recorrer judicialmente.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Deputado, o inquérito está aberto pelo Promotor de Justiça porque os agricultores lhe foram denunciar a cobrança dos 10%, sem nenhum acordo, e o Promotor de Justiça encaminhou uma declaração do agricultor, que ele tomou, no Fórum para que se instaurasse um inquérito a fim de apurar as causas da cobrança dos 10% que, segundo ele, é uma maracutaia para se cobrar dos agricultores, quando não há necessidade disso.

O Sr. Geraldo Cartário - E a FERROESTE, Deputado, ela não tem poder de desapropriação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Seja a FERROESTE ou seja quem for, tem a obrigação de indenizar, então a FERROESTE tem um funcionário designado para ir lá contatar com os agricultores, é isso que está acontecendo e ao invés de auxiliá-los vai facilitar a maracutaia para exploração, é isso que está aqui nas denúncias.

O Sr. Geraldo Cartário - A nossa preocupação é que o órgão que deu poder para desapropriar é que deve explicar. A FERROESTE é meramente uma intermediária que recebeu a incumbência de pagar o preço justo numa desapropriação. Acho que isso deve se transformar numa desapropriação judicial, isto evita dúvidas e ninguém vai

sofrer as consequências.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - A FERROESTE, no nosso entendimento é a construtora da estrada, é uma empresa que vai, tem autonomia para a construção da estrada, e ela tem a obrigação de fazer a indenização, se o dinheiro vem dela, se o dinheiro vem do Estado, vem não sei de onde, não importa, quem está comandando lá é a FERROESTE, e ela tem um funcionário designado para tratar disso, e esse funcionário, segundo os depoimentos, está facilitando o trambique provavelmente com alguma porcentagem desse valor cobrado, que deva estar sendo feito o acerto com o advogado que está chamando os agricultores para fazer o processo; quando não tem nenhuma necessidade o agricultor ir procurar um escritório de advocacia para fazer um processo, aí seria então a questão judicial, mas se a FERROESTE está indo de casa em casa, de propriedade em propriedade dos agricultores através de um funcionário seu para negociar e fazer a desapropriação amigável, como já alguns estão recebendo, ela tem autonomia para isso. E ela deveria fazer isso isenta, ou melhor, sem nenhuma forma de complicar aqueles simples agricultores que têm o direito de receber a sua indenização e que não entendem de burocracia, e que não entendem de tramitação desse processo.

Então, o Estado, através da FERROESTE, tem a obrigação e o dever de esclarecer, de facilitar com que a indenização seja feita sem conluios e sem trambiques.

Então, nós vamos realmente encaminhar um pedido de informação aos responsáveis, seja à FERROESTE, ao Governo do Estado para que cobre da FERROESTE, da direção da FERROESTE, porque o problema está na desapropriação para construção da ferrovia, que está sendo construída de Guarapuava à Cascavel.

Eu tive a oportunidade de passar no interior do Município de Laranjeiras no final do ano passado, numa comunidade onde os agricultores, inclusive eufóricos, diziam: "Aqui vai passar a FERROESTE, aqui na nossa comunidade está marcado o traçado da FERROESTE". Então, sem dúvida nenhuma, os agricultores, ninguém vai se opor para contestar uma desapropriação e ter que entrar numa ação judicial; mas o que realmente precisa é fazer aquilo que é justo e desburocratizar, e o Estado tentar impedir o que sempre se procura fazer num momento desse, os aproveitadores entrarem no meio para explorar aquele, talvez desinformado, aquele agricultor desinformado e sem condições de conhecer todo o processo jurídico, burocrático de uma desapropriação dessa.

Essa é a denúncia que nós trazemos e solicitamos, vamos solicitar o pedido de

informação realmente para que se esclareça e se pare o mais breve possível com essa maracutaia que está se fazendo na FERROESTE.

Isso com alguns casos que o agricultor, por se sentir prejudicado, procurou o Promotor. Deverão ter muitos, que por desinformação, estão pagando os 10% como alguém que recebe aqui até 40 milhões de indenização, deve estar pagando quatro, ou cinco milhões de cruzeiros para alguém que não tem o direito de receber isso. É roubo do dinheiro dos agricultores.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Neivo Beraldin com a palavra.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, volto à tribuna mais uma vez, como já o fiz tantas vezes, para falar do monopólio do transporte coletivo do Estado do Paraná. Na legislatura passada, na época que tive a oportunidade de dar a pequena contribuição na elaboração da Constituição do Estado, esse tema foi amplamente discutido e debatido aqui na Assembléia do Paraná.

O Governo Alvaro Dias, em 18 de dezembro de 1989, remetia à Assembléia Legislativa o novo regulamento para o sistema de transporte coletivo de passageiros do Estado do Paraná. Esse projeto foi reeditado por mim como forma de Lei Complementar, regulamentando o artigo 132 da Constituição do Estado. Por inúmeras vezes ocupei a tribuna, fiz requerimentos, solicitei que este Projeto viesse à Ordem do Dia. Converso com os Senhores Deputados sistematicamente sobre este assunto, porque entendo que o monopólio de passageiros do Estado do Paraná é prejudicial aos usuários do transporte coletivo; porque entendo que se uma empresa, mesmo sendo a Garcia, Sulamericana, concorrendo com a Graciosa, fazendo o mesmo trecho litoral, ou vice-versa, a Graciosa fazendo o mesmo trecho que a Garcia, estabeleceríamos ali uma concorrência e quem ganharia seria o usuário do transporte coletivo.

Mas, para tanto, é preciso que a Assembléia Legislativa do Paraná vote este novo regulamento; porque o atual não dá poderes para o Poder concedente, que é o Estado.

Existe um monopólio e este monopólio precisa ser derrubado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Reeditei um projeto feito no Governo Alvaro Dias, quando participou a Casa Civil, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria dos Transportes, DSTC, enfim, o Governo que queria ver colocado um fim no monopólio do transporte coletivo.

Quinta-feira passada tive uma audiência com o Governador do Estado, Roberto Requião, às dez horas da manhã. Levantei o assunto com o Governador. O Governador disse-me o seguinte: "Deputado, às quatro da tarde, hoje, faremos uma reunião com o DSTC, com a COMEC, com o Deputado aqui, para que ambos os departamentos do Estado possam analisar se o projeto possa eventualmente merecer uma emenda para aperfeiçoá-lo".

Enfim, para dar andamento, finalmente estava eu conquistando apoio do Governador do Estado que entendeu o assunto e determinou à sua assessoria que me prestasse o assessoramento para que este projeto pudesse finalmente ser votado e pudesse assim pôr fim no monopólio de ônibus.

Esta reunião aconteceu. Ambos os assessores saíram dali com a determinação do Governador.

No dia seguinte, o Diretor do DSTC veio a público, através da imprensa, atacar o nosso projeto, sem oferecer nenhuma sugestão, sem dizer algo contra nem a favor, polemizando, falando bobagens, próprio de alguém que não tem a preocupação com o cidadão menos favorecido pela sorte.

Funcionários de terceiro escalão do Governo não podem polemizar com um Deputado que dá apoio ao Governo que é sério. Por isto venho à tribuna hoje, mais uma vez, sem falar com o Governador, sem voltar a falar com o Governador sobre este assunto, para pedir a Sua Excelência o Senhor Governador que demita sumariamente este cidadão, porque não merece o respeito dos Deputados e muito menos daqueles que têm seriedade para servir a população trabalhadora deste Estado. Faço esta convocação, peço ao Governador, porque tenho certeza que o projeto do Governo Alvaro Dias foi cheio de boas intenções, porque tenho certeza absoluta que jamais compactuei e jamais vou compactuar com nenhum sistema que possa monopolizar a economia. Este sistema é arcaico, o que queremos é um capitalismo moderno, com a livre concorrência, como oportunidade igual.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, quero concordar com suas palavras. Há muito me causa estranheza o Chefe do Departamento do DSTC não respeitar a hierarquia. Todos sabemos que o chefe do departamento de determinada Secretaria não pode dirigir-se diretamente ao Governador do Estado para despachos com relação ao seu departamento e sim ao Secretário de Estado ao qual pertence, no caso a Secretaria de Transportes. Este elemento que Vossa Excelência cita poderia dizer até que é mal-educado, porque ele

tem que respeitar não só Vossa Excelência como o Parlamento, a Assembléia, e sabemos que é do seu estilo não manter respeito para com o Parlamento e autoridades constituídas.

Então quero parabenizá-lo e dizer que concordo com suas palavras. Este elemento há muito que tinha que estar demitido deste setor e este setor tem que ser ligado à Secretaria dos Transportes, e o Secretário de Transportes decida sobre tal com o Senhor Governador.

Sr. Mário Bezerra (Aparte, assentimento) -

Quero cumprimentá-lo pelo discurso, mas ontem, na sua ausência, entrei com um requerimento de pedido de urgência para que se agilizasse o trâmite da Comissão de Justiça porque o Projeto se encontra lá desde maio de 1991, está amarrado na Comissão de Justiça. Eu solicitei que se colocasse em regime de urgência, inclusive o Presidente da Assembléia transformou meu pedido em apelo porque parece que Vossa Excelência reiterou por inúmeras vezes o pedido de regime de urgência nesse Projeto. Eu acredito que a solução para essa polêmica toda é a votação na Assembléia.

Se o Governo tiver interesse que o seu Projeto seja aprovado ele vai mobilizar a sua Bancada, se os Deputados quiserem que o seu Projeto seja aprovado eles estarão, realmente de fato exigindo uma agilização desse Projeto porque estamos prestes a entrar em recesso novamente e essa polêmica vai se prolongar até o ano que vem.

Então eu cumprimento Vossa Excelência pelo discurso e reitero, mais uma vez, em forma de apelo, para que a Casa agilize o trâmite do Projeto nas Comissões para que nós possamos votá-lo antes do recesso.

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu, Deputado Bezerra, acho que estaremos aprovando um grande Projeto, estaremos dando condições para que o Governo do Estado possa promover mudanças, para que o Governo do Estado possa fiscalizar, punir, possa remanejar qualquer empresa que eventualmente não venha prestando bons serviços. Não vai aqui nenhum ódio com nenhuma empresa do transporte do Paraná, apenas entendo que é preciso promover a concorrência e é preciso dar ao Governo do Estado mecanismo para que ele possa Governar o transporte intermunicipal de passageiros.

Quero acreditar na Assembléia Legislativa, quero acreditar nas palavras do Governador Requião que é um homem sério. Quero que o Governador nos ajude, quero que os Deputados se empenhem nisso, e que este ano não passe sem que a Assembléia Legislativa corrigindo nosso Projeto, oferecendo emendas, enfim, não tenho a pretensão de dizer que esse Projeto é perfeito,

cabe as comissões da Casa, cabe a cada Deputado emendar o Projeto, mas cabe à Casa, fundamentalmente, votar. Votar é fundamental nesse caso, para isso é que eu venho à tribuna mais uma vez.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra (Aparte - Assentimento) -

Há cerca de 15 dias o Deputado Florisvaldo Fier e também o Vereador Municipal Vanhoni e eu próprio, quando debatíamos a questão do Banco do Estado do Paraná com Sua Excelência o Governador do Estado, na pauta entrou "en passant" a questão do monopólio do transporte coletivo.

Eu tenho observado, também, que os meios de comunicação através dos seus agentes atuantes aqui nesta Casa mais de uma vez têm interpelado os Parlamentares das diversas Bancadas sobre o posicionamento em relação a questão do transporte coletivo especificamente em relação ao Projeto de Lei de autoria de Vossa Excelência.

Eu posso dizer dessa conversa que tivemos com o Governador do Estado e da sua trajetória de enfrentamento com grandes interesses econômicos, empreiteiros, banqueiros, bicheiros, uma reprodução de fatos e atos políticos e administrativos que demonstram o compromisso com o saneamento da vida pública no Estado do Paraná que nós podemos, segundo a liderança de Vossa Excelência com base no Projeto apresentado por Vossa Excelência ter a votação com o apoio da Mesa Executiva na figura do grande Presidente, Dr. Aníbal Khury, podemos ter a apreciação desse Projeto de Lei na Casa, podemos aperfeiçoá-lo e podemos ainda esse ano resolver essa que é uma matéria que está sendo exigida há muito pela sociedade do Estado.

Eu acho que o Projeto e a matéria está madura, é fruto não só de dispositivo Constitucional como também de uma exigência da sociedade brasileira e paranaense de saneamento da vida administrativa, e é de notar que especificamente a preocupação do Governador em relação ao transporte coletivo tem dado conta que áreas administrativas não têm conseguido responder aos comandos políticos exarados pela Governadoria do Estado, daí nós temos recentemente, e sabe Vossa Excelência que representa a região metropolitana de Curitiba que o DSTC perdeu a coordenação sobre o transporte coletivo da região metropolitana que é o de fato representativo no setor do transporte coletivo do Estado sem demérito do peso específico que tem o transporte intermunicipal que liga a capital ao interior à capital e as várias cidades do interior entre si, mas especificamente o transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba foi cometido à

Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, a COMEC, cujos quadros técnicos, cujos equipamentos e aparato para dar conta da formulação de uma política de transporte coletivo para região metropolitana me parece supera neste momento o DSTC que apresenta graves deficiências de quadro, de recursos materiais e inclusive de recursos humanos para formular essa política.

Eu acho que houve um avanço, nós tivemos essa decisão, que é uma decisão no plano administrativo institucional de cometer a COMEC a responsabilidade sobre a formulação da política na Região Metropolitana, eu acho que nós devemos ter resultados breves dessa decisão interna de governo, como também não vejo nenhum obstáculo para que nós possamos ter a apreciação desse projeto, inclusive pessoalmente pela Bancada do PMDB, vou me inteirar desse projeto, vou até a CCJ para saber o seu inteiro teor e sendo da lavra do ex-Governador Alvaro Dias eu acho que já é razão suficiente, para que não sô nós, mas como também o próprio Governador do Estado possamos assinar e de fato resolver essa matéria que é uma das matérias mais importantes e tenho certeza Senhor Presidente, que uma vez resolvida essa matéria vai se engrandecer o Poder Legislativo, porque as manobras que fazem os grandes empresários atuantes no setor, inclusive visando reduzir o papel do Poder Legislativo, eu tenho dado conta e aqui falo como cidadão Senhor Presidente, antes de chegar a esta Casa, mais uma vez as insinuações de áreas que não confiam no Poder Legislativo ou que imaginam podem subordinar o Poder Legislativo a interesses menores, subalternos apostam na nossa incapacidade de resolver essa matéria.

Eu tenho a certeza que sob a Presidência de Vossa Excelência e com a coordenação de todos os Deputados nós vamos resolver essa matéria, dando um passo à frente no saneamento da vida pública do Paraná e do País.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERALDIN - Para encerrar eu gostaria de dizer que a Assembléia Legislativa deverá sempre votar qualquer mecanismo que possa dar a modernidade necessária para o Governo do Estado do Paraná e o Governador demonstrou-se preocupado e solidário e é inadmissível que um cidadão venha acusar alguém que tem seu terceiro mandato cumprido com seriedade com dedicação, com amor, com determinação e vontade de servir o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

está solidária com Vossa Excelência.

É inadmissível que funcionário subalterno, ocupando transitoriamente cargo em comissão, critique um Deputado desta Casa, sem que tenha razões para isso.

Dentro do projeto de lei de Vossa Excelência ou de outro projeto, cabe exclusivamente, se for o caso, ao Secretário de Estado ou ao Governador.

Vossa Excelência tem a nossa solidariedade.

PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

PST. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o Memorial Descritivo contido no artigo 2º da Lei nº 9.236, de 30 de abril de 1990. (Município de Tunas). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM

2ª DISCUSSÃO. **Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza o pagamento diferenciado de Água, Esgoto e Energia Elétrica por parte dos Aposentados e Pensionistas. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/92, de autoria do Deputado João Iensen, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/92, de autoria dos Deputados Antônio Annibelli e Alceu Swarowski, que determina a pesagem obrigatória de botijão e cilindro de gás liquefeito de petróleo - GLP -

à vista do consumidor e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 298/92

Autor: Deputado Antônio Annibelli
SUBSTITUTIVO GERAL

Autor: Deputado Alceu Swarowski

P A R E C E R:

Trata-se de proposição, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, como Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 298/92 que visa dar melhor redação ao referido Projeto.

O nosso parecer é favorável pela aprovação do Substitutivo Geral, ressaltando-se a supressão dos § 1º e 2º do artigo 3º e o artigo 5º do mencionado Substitutivo Geral para corrigir discordâncias com os objetivos do Projeto inclusive do próprio Substitutivo Geral, pois, os parágrafos 1º e 2º do Artigo 3º bem como o artigo 5º conflitam com o que está contido no corpo da mencionada proposição.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

Sobre o referido projeto, Subemenda de Plenário, ao Substitutivo Geral, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, devidamente apoiada e também Emenda Supressiva de Plenário ao Substitutivo Geral, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

SUBEMENDA DE PLENÁRIO, AO
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 298/92

Suprima-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º e dê-se nova redação aos artigos 5º e 6º, como segue:

"Art. 5º - Os Postos Revendedores e caminhões distribuidores deverão estar equipados para a pesagem do produto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - na falta de equipamento para pesagem, o abatimento pela sobra de gás fica fixado em 2% (dois por cento) sobre o conteúdo líquido do produto e preço cobrado pelo botijão de 13 quilogramas (P-13), e de 8% (oito por cento) no tocante aos cilindros de 45 quilogramas (P-45) e de 90 quilogramas (P-90), respectivamente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Lourenço Fregonese, Djalma de Almeida César, Severino Félix, Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo adaptar a redação do Substitutivo ao Parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, sendo desnecessária a retirada do Projeto, que se encontra em Regime de Urgência, de pauta.

Assim, foram suprimidos os parágrafos do artigo 3º, conforme se opinou.

Entretanto, no que diz respeito ao artigo 5º, o Projeto ficaria mutilado se não houvesse a garantia de um desconto mínimo ao consumidor, até que os Revendedores do produto procedam a aquisição de balanças.

Mantivemos o desconto obrigatório, fixado pela média dos resíduos apurados pelo IPEM nos botijões e cilindros.

Paralelamente, substituímos o prazo de 30 dias de "vacatio legis", pela entrada de imediato da Lei em vigor, concedendo idêntico prazo, no parágrafo Único do artigo 5º, para que os Postos Revendedores e os veículos distribuidores possam se equipar.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
AO SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 298/92

Suprima-se do Substitutivo Geral os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º, bem como o art. 5º do mesmo substitutivo.

Sala das Sessões, em 19.11.92

(aa) OVIDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

Apoio: Emilia Belinati, Colombino Grassano, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A supressão dos referidos dispositivos deve-se a adequação do espírito do projeto ao seu objetivo final, já que conflituam com o conteúdo do mesmo.

Supressão, inclusive, sugerida no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, visando corrigir a distorção.

EM VOTAÇÃO.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, nós estamos entregando aí uma Emenda ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Substitutivo Geral em votação e há emenda também da Bancada do PT, suprimindo o parágrafo 1º e 2º do Artigo 3º.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Vossa Excelência vai colocar em votação as Emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Coloquei em votação o Substitutivo Geral, sem prejuízo da apreciação das Emendas que voltarão à Comissão de Justiça porque também há uma Emenda Corretiva do Deputado Alceu Swarowski. Está com a discussão encerrada.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - O Projeto fica votado, o Substitutivo, e as Emendas para a Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem prejuízo da apreciação das Emendas que dizem respeito ao Substitutivo Geral.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Está OK. Obrigado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/91, de autoria do Deputado Duílio Genari, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado Ernesto Dall'Oglio, conforme especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116 de 17.09.91).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 415/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Deputado Ernesto Dall'Oglio, conforme especifica.

O Projeto está em conformidade com as disposições legais, constitucionais e regimentais.

Portanto, esta Comissão de Constituição e Justiça, através deste Relator, nada encontrou que impedisse a normal tramitação do mesmo.

O parecer é FAVORAVEL, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação da Terceira Idade - A.T.I.", com sede e foro no Município de União da Vitória. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 64, de 19.05.92.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 140/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação da Terceira Idade - A.T.I.",

com sede e foro no Município de União da Vitória.

O Projeto de Lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/92, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede no Município de Cêu Azul / PR. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado - (Publ. no D.A. nº 150, de 27.10.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede no Município de Cêu Azul, no Paraná.

Analisando-se o presente, o mesmo está perfeitamente adequado ao Regimento Interno desta Casa de Leis.

Com relação às exigências contidas na Lei nº 6994, que regula os dispositivos para concessão das declarações de Utilidade Pública, não consta no Projeto o relatório das atividades desenvolvidas pela entidade requerente, conforme dispõe o Art. 1º, inc. IV.

Por esta razão, opinamos pelo encaminhamento do presente, a fim de adequá-lo às normas existentes.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 10.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARAES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/92, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que altera a redação da Lei nº 9320, de 11/07/90, que criou o Município de Santa Maria do Oeste. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 155, de 03.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 322/92

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 322/92,

de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, constatamos que o objetivo do mesmo é atender à sugestão do IBGE que enviou a esta Casa o Ofício DGC/DETRE nº 039/SET/92, visando uma melhor descrição dos limites do Município de Santa Maria do Oeste.

Assim sendo, não encontramos nenhum impedimento à normal tramitação da presente Proposição, opinando, portanto, pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(a) ERONDY SILVERIO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, ontem nós já levantamos aqui alguns pedidos de esclarecimentos, sobre um projeto mais ou menos idêntico e nós queremos apenas solicitar, porque na justificativa do mesmo, constam mapas e também uma carta do IBGE, informando as mudanças e as alterações do referido município, que é o Município de Santa Maria do Oeste.

Nós não temos como é necessário para que a gente possa fazer uma boa análise do projeto ou entender o que está sendo votado, nós não temos aqui publicado.

O que diz na justificativa é de que são mapas da alteração e também a carta do IBGE, que sugere a mudança de redação e alteração no município.

Portanto, fica a dúvida porque a Constituição prevê que uma alteração de divisas do município só poderá ser feita segundo a Constituição e pelo que consta não é uma mudança de divisa do município, mas alguma correção. Só que isto não está claro. Nós entendemos que como a Mesa publica aqui um vasto calhamaço de documentos nos projetos, seria necessário talvez uma ou duas folhas a mais, que não faria mal, mas que seriam de documentos que possam esclarecer os projetos. E na justificativa deste projeto, consta de que anexo aos projetos estão os mapas da mudança, está a carta do IBGE, os quais não constam aqui no projeto para que a gente possa fazer uma análise.

Então, você fica na dúvida se está alterando a divisa ou se está fazendo correções.

Por isso nós queríamos votar favorável, mas solicitar da Mesa que se coloquem os documentos necessários à análise dos projetos na publicação da Ordem do Dia, para que no momento de votação, nós possamos votar sem dúvidas nos projetos.

Eu mantenho esta informação, mas entendemos, subentende-se que é uma correção, mas não consta e aí temos que adivinhar e a Mesa não informa na publicação.

Então, nós gostaríamos de solicitar da Mesa, que sejam publicados os documentos mais esclarecedores possíveis, junto aos projetos, para que possamos analisar com detalhes ao votá-los.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Antônio Annibelli solicita a retirada por algumas Sessões até que se complete a documentação.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/92, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação da Criança Esperança de Carlópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159, de 09.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 328/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Paulo Maia, tem por finalidade a Declaração de Utilidade Pública da Associação Criança Esperança de Carlópolis, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívicas no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente Plano de Lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/92, de autoria do Deputado Nelson Justus, que institui o "Dia Estadual do Protético Dentário". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159, de 09.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 330/92, de autoria do nobre Deputado Nelson Justus, tem por finalidade instituir o "Dia Estadual do Protético Dentário", a ser comemorado dia 5 de novembro de cada ano.

Em análise ao presente plano de lei, esta Comissão de Constituição e Justiça

não encontrou óbice algum, tanto de ordem legal, constitucional ou regimental, que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MARIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação do artigo 1º da Lei nº 9345 de 20.07.90, que criou o Município de Cafezal do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Public. no D.A. nº 162 de 12.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 346/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, objetiva dar nova redação ao art. 1º da Lei nº 9345, de 20.07.90, que criou o Município de Cafezal do Sul.

As modificações consubstanciadas neste visam corrigir o Memorial Descritivo do referido município, dotando-o de ordenamento físico mais coerente com a realidade da população que ali reside. Além do que, devido a existência de alteração nos distritos foi revogado, por meio desta, o art. 2º da Lei nº 9345/90.

Assim sendo, opinamos favoravelmente pela Aprovação, por nada encontrarmos que se oponha ao mesmo.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

O SR. DEP. ANIBAL KHURY - Como autor do projeto, também retiro por algumas Sessões.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 096/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, no valor de Cr\$ 97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 160 de 10.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 331/92

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental sob nº 096/92 que conforme se

vê altera o vigente orçamento da Secretaria Especial de Política Habitacional, com a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros), visando dar prosseguimento ao Programa Casa da Família.

Os recursos mencionados na Mensagem são decorrentes de cancelamento de equivalente dotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

E o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente.

COLOMBINO GRASSANO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 331/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei sob nº 331/92 originou-se da Mensagem Governamental 096/92 e visa alterar os orçamentos aprovados em 26.12.91, pela Lei Estadual 10.066, bem como pelo Decreto nº 1583 de 02.09.92, conforme anexos III e IV da Lei, os quais se referem a programação da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

O valor submetido à suplementação para a Secretaria Especial de Política Habitacional é na ordem de Cr\$ 97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros) e objetiva dar sequência ao Programa "Casa da Família".

Citado a fonte da suplementação e da supressão e estando constitucionalmente correto, essa Comissão não vê impedimento algum que obstrua sua tramitação nesta Casa de Leis, portanto emite parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/92, de autoria DO PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 095/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.822.000,00 (oitenta milhões oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 160 de 10.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 332/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão a Mensagem Governamental nº 095/92 que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.822.000,00 (oitenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Do ponto de vista regimental, o presente está perfeitamente adequado às normas da Casa.

Com relação ao aspecto doutrinário e constitucional o projeto está corretamente elaborado.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do mesmo.

E o Parecer!

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 332/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 095/92, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.822.000,00 (oitenta milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

O plano de lei em estudo já foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça que através de seu relator apresentou parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 94/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 634.877.000,00 (Seiscentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. nº 160 de 10.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 333/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 94/92, do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 333/92, tem o objetivo de aprovar crédito suplementar de Cr\$ 634.493.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e três mil cruzeiros) alterando o vigente

orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Chefia do Poder Executivo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que impeça a tramitação normal por esta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça, é FAVORÁVEL ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 333/92

P A R E C E R:

A MENSAGEM em tela, de nº 94/92, oriunda do PODER EXECUTIVO ESTADUAL, mereceu parecer favorável da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

Em Votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto aprova um crédito suplementar no valor de 634 milhões, 877 mil cruzeiros ao orçamento da Chefia do Poder Executivo. - Analisando os anexos do projeto, nós constatamos que o governo do Estado retira verbas... (Peço licença aos Srs. Deputados para localizar aqui. Mais uma constatação Senhor Presidente: seria importante, ao publicar a pauta, que se numerassem as páginas, porque numa pauta como esta de hoje, de 90 páginas, dificilmente se localiza a informação que a gente deseja). Mas, o projeto cancela verbas do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e compra e fornece materiais para suplementar o gabinete do governador com consertos de aviões, aeronaves, carros, etc. O que nos leva a votar contrário ao Projeto, não que não seja necessário conservar ou equipar os veículos, aeronaves do gabinete do governador, mas o cancelamento não esclarece de onde saem verbas para administração, aquisição e fornecimento de materiais diversos. Isto, no Código, na padronização das rubricas do Orçamento do Estado, nº 431102, que é do cancelamento: "Auxílios a entidades estaduais a serem aplicados no atendimento de outras despesas de capital etc."

O que se percebe aqui é uma retirada de recursos de uma área e de que pode ser fornecimento de materiais escolares, pode

ser fornecimento de diversos materiais necessários, mas que não fica claro para onde e do que realmente está sendo retirado o recurso. O entendimento aqui é que são de auxílios a entidades e o projeto do governador não esclarece realmente para o que estão sendo retiradas essas verbas, para suplementar o gabinete do governador.

Por falta de esclarecimentos, nós juntamente com a Bancada do PT, votaremos contrários a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado. (Com os votos contrários da Bancada do PT).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/92, de autoria do Governo do Estado - MENSAGEM Nº 93/92, que autoriza o Poder Executivo a firmar re-ratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao município de Engenheiro Beltrão, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 161 de 11.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 340/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 93/92, o projeto em tela objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar re-ratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao município de Engenheiro Beltrão, conforme específica.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 97/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 232.678.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 163 de 16.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 341/92

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental sob nº 97/92, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 232.678.000,00 (duzentos e trinta e

dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Os recursos para a cobertura de crédito decorrem de cancelamento de dotação da própria Secretaria e altera o orçamento próprio da Fundação Escola de Música de Belas Artes do Paraná.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental a sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 341/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 97/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 232.678.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer FAVORÁVEL, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/92, de autoria do Poder Executivo nº 98/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.908.715.000,00 (um bilhão, novecentos e oito milhões, setecentos e quinze mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, aprovado pela Lei nº 9883 de 26.12.91, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Public. no D.A. nº 163 de 16.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/92

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 98/92, que visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.908.715.000,00 (um bilhão, novecentos e oito milhões, se-

tecentos e quinze mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme específica.

Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o presente projeto, igual importância proveniente de excesso de arrecadação em recursos próprios da entidade.

Procedida à análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 342/92

P A R E C E R:

A Mensagem em tela de nº 98/92, oriunda do Poder Executivo Estadual mereceu parecer favorável da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 99/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.205.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 163 de 16.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 343/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 99/92 do Poder Executivo, o presente plano de lei, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.205.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883/91 de 26 de dezembro de 1991, e se destina a atender despesas com a construção, instalação e manutenção das CIRETRANS e pagamento do PASEP.

No âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Lei.

Assim sendo, esta Comissão é favorável ao presente projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 343/92,

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 343/92, oriundo da Mensagem Governamental nº 99/92, visa em seu artigo 1º, a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.205.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, servindo como recurso para essa cobertura o excesso de arrecadação da própria entidade.

Para tanto, propõe ainda a alteração do Demonstrativo da Receita por Fontes do Departamento de Trânsito.

A destinação desse recurso servirá conforme específica, para atender despesas com a construção, instalação e manutenção das CIRETRANS e pagamento do PASEP.

Ao analisarmos, no âmbito dessa Comissão, nada temos a opor a sua continuidade de tramitação emitindo parecer favorável ao projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/92, de autoria da Comissão Executiva - Mensagem nº 101/92, autoriza que o Governo do Estado, Dr. Roberto Requião se afaste do País, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1992 e 1º de janeiro de 1993, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 008/92.

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1992 e 1º de janeiro de 1993, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, firmar, em nome do Estado do Paraná, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transporte do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.92

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/92

PARECER:

Oriundo de Comissão Executiva, chega a esta Comissão a Mensagem nº 101/92, que autoriza o Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, a afastar-se do País, no período compreendido entre 15 de dezembro de 1992, à 1º de janeiro de 1993, conforme especifica.

Analisando-se o pedido conforme especifica o Art. 225, do Regimento Interno desta Casa, nada existe que impeça a tramitação do presente.

Por esta razão, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Sobre a mesa, requerimentos nº 1819 e 1820, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1822, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1821 e 1826, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1824, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1825, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Em votação.**

O requerimento não fixa o prazo para que esta Comissão funcione.

Vossa Excelência tem que dizer o prazo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, se os demais membros concordarem com o período de 6 meses, fica fixado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O prazo é de 120 dias.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Então, que seja este o prazo máximo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Conforme o § 3º do Art. 36.
(Lê):

"A Comissão terá 120 dias..."

Outra coisa que vai depender de Vossa Excelência e dos demais signatários: Vossa Excelência fala categoricamente em "apuração de irregularidades na corporação da Polícia Militar, entre essas o desvio de verbas oficiais para contas particulares de oficiais e a construção de colônia de férias".

A Mesa recebeu estes requerimentos com a expressão: **possíveis irregularidades.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Aceito a correção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, com a devida correção, está instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito que será publicada em Diário Oficial. Com 09 (nove) membros.

Amanhã a Mesa também vai fixar a participação de cada Bancada. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

A Mesa, mais uma vez, esclarece aos Senhores Deputados que o projeto do IPE, conhecido como FUNDAO, vai figurar na pauta até a sessão de terça-feira, devendo constar na ordem do dia da sessão de quarta-feira.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para registrar as presenças nas dependências do Poder Legislativo do Prefeito de Ivaiporã, Antonio da Paz, do Prefeito de Manuel Ribas, Geraldo Ari, do Prefeito de Calorê, Mauro Laberaline e do ex-Prefeito de Jardim Alegre, Alzemiro Reck. E registrar também a presença neste Plenário do ex-Deputado Federal Antonio Mazurek.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra as presenças tão ilustres destas personalidades e também registra a presença do ex-Deputado Artur de Souza que tanto honrou, por várias legislaturas esta Assembléia, com excelente atuação nesta Casa. Foi um dos Deputados que honrou o Poder Legislativo Estadual.

A Mesa convida os Senhores Deputados para a Mesa Redonda que realizar-se-á no Plenarinho da Assembléia. E sobre a REFORMA FISCAL, com a presença do Deputado Aedmar Traiano, autor do requerimento, e principalmente com a presença do Secretário Heron Arzua.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 415/91 e 140, 314, 328, 330, 331, 332,

333, 340, 341, 342, 343/92;

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 368/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 22.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final ao Projeto n° 066/92, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para

que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Elisa Sotomaior Maruska - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 259/91, de autoria do Senhor Deputado Nilton Cezar Servo. Relator Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 290/92, de autoria dos Senhores Deputados Lygia Pupatto, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
Sandro Alberto Figueiredo - Secretário